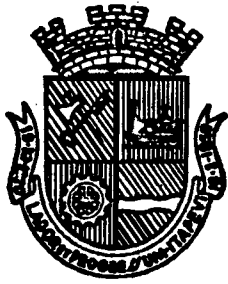


2º

# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO Nº 29/94**

**PROJETO Nº 29/94**

**INTERESSADO** CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

**ASSUNTO** "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A COMUNIDADE KOLPING  
CRISTO REI DE ITAPEVI"

**AUTOR: SÉRGIO MONTANHEIRO**

LEI 1216/94



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI Nº 29/94

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando de suas atribuições legais, aprova a seguinte Lei:

"Declara de Utilidade Pública a  
Comunidade Kolping Cristo Rei  
de Itapevi"

Art. 1º- Fica declarada de utilidade Pública'  
a "COMUNIDADE KOLPING CRISTO REI DE ITAPEVI".

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de '  
sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE ITAPEVI'

21 DE JUNHO DE 1.994.

APROVADO em 2ª Discussão  
Sala das sessões 30/08/1994  
Presidente

APROVADO em 1ª Discussão  
Sala das sessões 23/08/1994  
Presidente

  
SÉRGIO MONTANHEIRO  
VEREADOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

## PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 e 02 AO PROJETO DE LEI 29/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.  
Quanto ao mérito, a propositura visa beneficiar uma entidade que, sem dúvida, presta relevantes serviços à comunidade.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 28 de junho de 1994.-

### COMISSÃO 01

Hermógenes José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

### COMISSÃO 02

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geonê Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Honório dos Reis



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

55.338.825/0001-75

ATIV. PRINCIPAL

80.21

VÁLIDO ATÉ

ASSOCIAÇÃO

NATUREZA JURÍDICA

16 - ASSOCIAÇÃO

CGC

CPF DO RESPONSÁVEL

146896868-82

DATA DE EMISSÃO

B2031 (08/1302) - COTA

CGC

TIPO DE RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

COMUNIDADE KOLPING CRISTO REI DE ITAPEVI

CGC

NOME FANTASIA

CGC

LOGRADOURO

RUA BRASILEIRA DE ABREU ALVES

NÚMERO

33

COMPLEMENTO

CEP

08694

BAIRRO/DISTRITO

VILA NOVA ITAPEVI

MUNICÍPIO

ITAPEVI

UF

SP

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por aposição do carimbo padronizado do CGC

M930669

## **Estatuto de Uma Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi**

### **CAPITULO I Da Denominação, sede, foro, finalidade e duração**

**Art. I - A Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi é uma entidade civil, de direito privado, de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, com sede em Itapevi, foro jurídico e comarca de Cotia, Estado de São Paulo, à Rua Geraldo Vasques numero 01 - Sala 01 - Nova Itapevi, precípua a assistência social para a promoção integral da pessoa humana, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, credo, convicção política, sexo, condição social ou qualquer outra e é norteadada pelos princípios e idéias do seu fundador, Pe. Adolfo Kolping, os quais são seguidos pela Obra Kolping do Brasil.**

**Art. II - A Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi, tem duração por tempo indeterminado.**

### **CAPITULO II- Dos Sócios**

**Art. III - O quadro de sócios da Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi, é composto de pessoas físicas e jurídicas, admitidas, na forma destes estatutos e assim se classificam:**

a) Efetivos- os sócios fundadores e todos aqueles que forem admitidos posteriormente, desde que maiores de 18 anos, de reputação ilibada e idoneidade moral comprovada, ficando tais admissões convencionadas à aprovação da diretoria;

b) Contribuintes - as pessoas físicas ou jurídicas, sem direito à voto, que concorrem com contribuição permanente ou periódica.

c) Honorários - as pessoas físicas ou jurídicas, sem direito à voto, que prestarem relevantes serviços à Comunidade, a juízo da diretoria.

**Parágrafo Primeiro-** os sócios efetivos pagarão para os cofres da Comunidade, mensalidade cujo valor será estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária e terão direito a voto nas mesmas.

**Parágrafo segundo-** o direito a voto nas Assembléias Gerais somente poderá ser exercido pelo sócio efetivo que estiver em dia com as suas obrigações mensais para com a Comunidade.

**Art. IV - São deveres dos sócios:**

a) Cumprir e zelar pelo cumprimento dos presentes estatutos.

b) Colaborar na expansão e aperfeiçoamento das atividades da Comunidade para a consecução dos seus objetivos institucionais.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE EMPRESAS

Art. V - O sócio deixará de fazer parte do quadro social por sua livre e espontânea vontade e, excessão feita aos efetivos, também por expressa determinação da diretoria, não lhes assistindo, em qualquer hipótese, direito a indenização ou outras vantagens, seja a que título for.

Art. VI - Os sócios não respondem, nem pessoal nem subsidiariamente pelas obrigações da Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi.

### CAPITULO III - Da Administração e sua competência

Art. VII - A comunidade será administrada:

- a) Pela Assembléia Geral.
- b) Por uma Diretoria.
- c) Pelo Conselho Fiscal.

Art. VIII - A Assembléia Geral, constituída pelos sócios efetivos se reunirá em caráter ordinário uma vez por ano, até 31 de Março e, em caráter extraordinário sempre que a diretoria, ou dois terços dos sócios efetivos, ou a maioria simples do Conselho Fiscal julgarem necessário.

Art. IX - A Convocação dos sócios para a Assembléia Geral, será feita pelo Diretor Presidente, mediante publicação de edital pela imprensa e através de circular à todos os sócios, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. X - A assembléia Geral instalada pelo Diretor Presidente ou, em seus impedimentos, pelo Diretor Vice-Presidente, com a presença, em primeira convocação, de pelo menos dois terços dos sócios, ou em segunda convocação com qualquer número.

Art. XI - A Assembléia Geral deliberará com a maioria simples, exceto no caso previsto no artigo 15, letra "g".

Art. XII - A diretoria da Comunidade compõe-se dos seguintes cargos:

- a) Diretor Presidente
- b) Diretor Vice-Presidente
- c) Primeiro Tesoureiro
- d) Segundo Tesoureiro
- e) Primeiro Secretário
- f) Segundo Secretário
- g) Assistente Eclesiástico

Art. XIII - O mandato da diretoria terá a duração de dois anos, permitida uma única reeleição.

Art. XIV - A diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o Diretor Presidente ou um terço dos seus membros julgar necessário.

Parágrafo Único - A diretoria agirá validamente com a presença de metade mais um dos seus membros e deliberará por maioria simples de votos.

**Art. XV - Compete à Assembléia Geral:**

- a) Eleger o presidente da Assembléia Geral quando convocada pelo Diretor Presidente, conforme Art. VIII do presente estatuto; eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.
- b) Examinar os relatórios, aprovar no todo ou em parte os balanços e previsão orçamentária, apresentados pela diretoria em exercício.
- c) Discutir e fixar as atividades da Comunidade propostas pela diretoria.
- d) Deliberar sobre a reforma dos Estatutos Sociais, em qualquer tempo, mediante a presença e voto favorável de pelo menos dois terços dos sócios efetivos, especialmente convocada para este fim.
- e) Autorizar a aquisição, alienação, hipoteca ou gravames, de qualquer forma dos bens imóveis da Comunidade.

**Parágrafo Único** - Na hipótese de alienação, hipoteca ou gravames de bens imóveis, a Assembléia Geral somente decidirá após aprovação da Obra Kolping do Brasil.

- f) Dissolver a Comunidade, desde que especialmente convocada para este fim, mediante a presença e voto favorável de pelo menos dois terços dos sócios efetivos.
- g) Eliminar sócios efetivos.

**Art. XVI - Compete à Diretoria**

- a) Administrar a comunidade.
- b) Cumprir e fazer cumprir os presentes estatutos.
- c) Admitir e demitir sócios contribuintes e honorários.
- d) Propor à Assembléia Geral, em qualquer tempo a reforma dos estatutos.
- e) Decidir em casos omissos nos presentes estatutos, "ad referendum" da primeira Assembléia Geral supervenientes
- f) Programar e fazer executar as atividades relacionadas com o cumprimento das finalidades da Comunidade.
- g) Apresentar à Assembléia Geral o relatório da atividades e balanço geral do exercício anterior.
- h) Elaborar a previsão orçamentária de cada exercício e apresentá-la à Assembléia Geral.
- i) Autorizar despesas orçamentárias e extraordinárias.
- j) Nomear ou contratar funcionários e fixar suas contribuições e vencimentos.
- k) Adquirir, vender, hipotecar ou gravar sem ônus de qualquer forma, os bens imóveis da Comunidade, de acordo com o item "e" do artigo XV.

**Art. XVII - Compete ao Diretor Presidente:**

- a) Convocar e presidir a Assembléia Geral.
- b) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria.
- c) Representar ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente a Comunidade, em suas relações com terceiros.
- d) Gerir a administração ordinária.
- e) Assinar o movimento financeiro e bancário, como tesoureiro.
- f) Constituir procuradores, mandatários e advogados da Comunidade.
- g) Exercer o voto de qualidade nas decisões da Diretoria.

**Art. XVIII - Compete ao Diretor Primeiro Tesoureiro:**

- a) Manter atualizados e em ordem o livro caixa e a contabilidade da Comunidade.
- b) Elaborar balanços e balancetes e apresentá-los à diretoria.
- c) Elaborar a previsão orçamentária de cada exercício e apresentá-la à diretoria.

CARTÃO DE REGISTRO DE ATOS INDICADAS

d) Assinar o movimento financeiro e bancário, com o Diretor Presidente.

**Art. XIX - Compete ao Diretor Primeiro Secretário:**

- a) Elaborar e registrar as atas das Assembléias Gerais.
- b) Elaborar as atas das reuniões da diretoria.
- c) Manter em ordem os livros, registros e arquivos da Comunidade.

**Art. XX - Compete ao Diretor Vice Presidente, Diretor Segundo Tesoureiro e Diretor Segundo Secretário, substituir respectivamente o Diretor Presidente, o Diretor Primeiro Tesoureiro e o Diretor Primeiro Secretário, em seus impedimentos, bem como auxiliá-los nas suas tarefas.**

**Art. XXI - Compete ao Assistente Eclesiástico:**

- a) Dar assistência moral, espiritual e religiosa aos sócios da Comunidade.
- b) Despertar e incentivar os ideais da Comunidade Kolping.

**Art. XXII - Ao Conselho Fiscal, composto de tres sócios efetivos eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de tres anos compete fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e emitir parecer sobre o balanço financeiro e prestação de contas da diretoria, referentes ao ano anterior e apresentar à Assembléia Geral.**

**Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente de seis em seis meses e extraordinariamente por convocação da diretoria, ou por solicitação de dois terços dos sócios efetivos.**

#### **CAPITULO IV - Do Patrimonio e das Rendas**

**Art. XXIII - O patrimônio da Comunidade será constituído pelos valores consignados e sua escrituração.**

**Parágrafo Único - A Comunidade aplicará integralmente no Estado de São Paulo seus recursos objetivando o cumprimento de suas finalidades estatutárias.**

**Art. XXIV - O eventual "SUPERAVIT" de cada exercício será aplicado na expansão e melhoria de suas atividades sociais;**

**Art. XXV - É vedado a remuneração, sob qualquer forma, dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, pelo exercício do seu mandato, bem como a distribuição de lucros, dividendos, bonificações ou outras vantagens aos sócios da Comunidade, de acordo com a legislação em vigor;**

**Art. XXVI - Anualmente será apresentado pela diretoria à Assembléia Geral um Balanço do exercício, com demonstração das receitas e despesas, assinado por contador habilitado, bem como a previsão orçamentária para o exercício seguinte;**

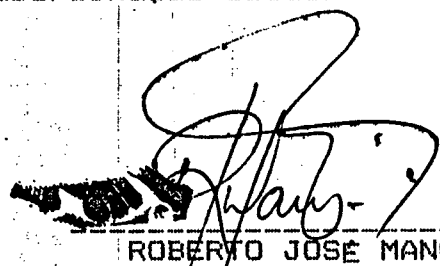
**ART. XXVII - Extinta a Comunidade, nos termos dos presentes estatutos, seu patrimonio social líquido, respeitadas as obrigações condicionadas a ela feitas, será destinada a uma entidade congênere, com personalidade jurídica, sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, legalmente constituída, para ser aplicado nas mesmas finalidades;**



13785

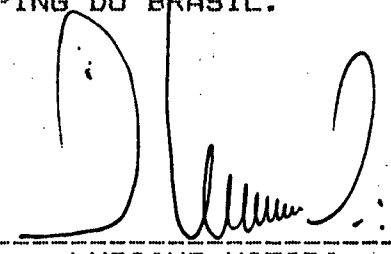
CAPITULO V - Da Vinculação e da Comunidade

ART. XXVIII - A COMUNIDADE KOLPING CRISTO REI de ITAPEVI, está vinculada à OBRA KOLPING REGIONAL DE SÃO PAULO cujos estatutos reconhece e cuja orientação acata, inclusive no que se refere à subordinação estatutária a OBRA KOLPING DO BRASIL.



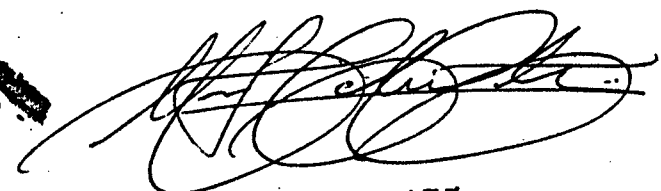
ROBERTO JOSÉ MANGETTI

presidente



LUCIANO VIEIRA

Secretário



048 51277

Cartório de Registro Civil e Tabelionato  
Lourdes Silveira Quilès  
ESCRIVA  
Bel. José Pobles  
OF. MÉRITO  
Suelli Aparecida Cremasco  
ESC. AUTOMEADA  
Reconheço a firma Supra Roberto  
Luciano Vieira  
Maria Helena Cordeiro  
Itapevi 03. Setembro 19 87  
Em Test. Will da verdade

Taxa Recolhida por Verbo

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
Anexo ao Cartório de Registro de Imóveis  
Estado de São Paulo  
Av. Antonio Mathias de Camargo n.º 87  
Comarca de Cotia  
Apresentado hoje, protocolado e autenticado em micro-  
filme sob o número 13785  
Cotia, 08 SET 1987

Escritor Autenticado  
Selos pago por verba g.º n.º

DESTA. Cr\$	161,40
EST. ... Cr\$	43,51
AD. ... Cr\$	32,28
TOTAL Cr\$	237,25

13785
08 SET 1987
08 SET 1987
08 SET 1987

ATA DE FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DE DIRETORIA DA COMUNIDADE KOLPING CRISTO REI DE ITAPEVI.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, o comitê pró-formação da comunidade Kolping em Itapevi, reuniu-se em assembléia geral, à Rua Geraldo Vasques nº 01-sala 01, sob a presidência do Sr. Pe. Paulo Link que saudou os presentes e convidou a todos para junto rezarmos a oração Kolping. Em seguida o presidente fez um breve relato sobre o funcionamento das comunidades Kolping em todo o mundo, falando sobre os ideais de Adolfo Kolping. Na sequência desta assembléia, foram apresentados todos os participantes e lida a pauta da reunião que constava da fundação da comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi, definição do quadro de sócios efetivos e colocação dos direitos e deveres de cada sócio. Passou-se a seguir a leitura da minuta dos estatutos e discutido sobre alguns artigos especificamente, colocou-se em aprovação pelos sócios efetivos que a aprovaram-na por unanimidade; em seguida foi realizada a votação da diretoria e do conselho fiscal que por aclamação ficou assim definido; Presidente: Roberto Mangetti, Vice-Presidente: José Nicanor Calvão, Secretário: Luciano Vieira, 2º Secretário: Vicente Torassi de Pietri, Tesoureiro: Antonio Gonçalves: 2º Tesoureiro: Rubens M. da Silva: Assistente Eclesiástico: Pde. Giovanni Cornaro: Conselho Fiscal: Sérgio Montanheiro, Arlindo Spada, Oswaldo Bertin.

Seguida avotação o presidente desta assembléia deu a posse a nova diretoria e ao conselho fiscal e deu como encerrada a presente assembléia sobre a qual lavrei a presente ata e vai assinada por todos os presentes.



Roberto Mangetti

Luciano Vieira

Cartório de Registro Civil e Tabelionato  
Lourdes Silveira Quilles  
ESCRIVA  
Bel. José Nobles  
OF. MAIOR  
Suelli Aparecida Cremasco  
ESC. AUTORIZADA

Reconheço a firma Sr. Roberto Mangetti  
Luciano Vieira  
Vicente Torassi de Pietri  
Antonio Gonçalves  
Itapevi 07/ 22-08-1987  
Em Test. Quilles da verdade

CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS  
Anexo ao Cartório de Registro de Imóveis  
Estado de São Paulo  
Comarca de Colina  
Av. Antonio Mathias de Camargo n.º 87  
Colina  
OAB 51  
13785  
18 SET 1987  
Escritório Autorizado  
Selo para o registro



Reg. de Pessoas Jurídicas  
da Junta do  
Município de Itapevi  
**024124**  
Secretaria de  
COTIA

# COMUNIDADE **KOLPING** CRISTO REI DE ITAPEVI

C.G.C. 56.338.825/0001-75


Rua Brasília de Abreu Alves, 33 — Vila Nova Itapevi — CEP 06694-270 — ITAPEVI — SP

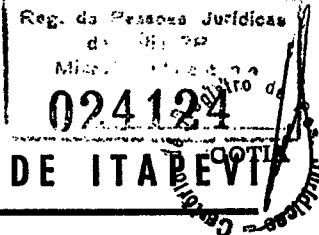
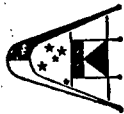
## ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, realizada em 18 de Setembro de 1993

Aos dezoito dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e três, na sua sede social à Rua Brasília de Abreu Alves, nº 33 - Vl. Nova Itapevi, realizou-se a primeira chamada para instalação da Assembléia Geral Ordinária, cabendo a presidência dos trabalhos ao presidente da diretoria, Adilson Mathias da Silva, que convidou a mim, Sérgio Montanheiro, para servir como secretário da mesa. Não havendo número suficiente para realização da Assembléia, foi feita a segunda convocação às 15:20hs, com a presença de 33 (trinta e três) dos setenta sócios da comunidade.

Com a palavra, o sr. Presidente abriu a sessão, com a Oração Internacional da Kolping e o Hino da comunidade. Agradeceu a presença de todos e passou a relatar o objetivo da Assembléia, que era de eleger a nova diretoria para os próximos 2 (dois) anos. Declarou que todos os sócios foram convocados e que não houve reunião prévia para que fosse garantida a lisura da votação e eleição.

Passou a palavra ao Pe. Damásio, presente à reunião, que desejou a todos os novos membros sucesso na gestão e agradeceu os trabalhos que vem sendo realizados até esta data. Retomando a palavra, o sr. Presidente agradeceu a presença da Irmã Maria Aparecida Borges, representando a Comunidade Kolping do Brasil Região Oeste. Esta ressaltou alguns trabalhos da atual diretoria, agradeceu sua colaboração e desejou que os novos membros a serem eleitos em seguida, tenha a iluminação divina para comandar seus trabalhos. Como não havia nenhuma chapa formada para a eleição, o sr. Presidente junto com a Irmã Maria Aparecida Borges, esclareceu alguns capítulos dos estatutos da comunidade, para que os presentes pudessem votar conscientemente. Em seguida, a pedido do sr. Sérgio Montanheiro, esclareceu que o mandato do Conselho Fiscal é de 3 (três) anos, de acordo com o Capítulo III, artigo XXII, o seu mandato é de 3 (três) anos,

  
Maria Helena Coutim  
ADVOGADA - OAB-SP n.º 51277




# COMUNIDADE **KOLPING** CRISTO REI DE ITAPEVI

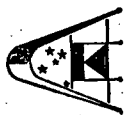
C.G.C. 56.338.825/0001-75

Rua Brasília de Abreu Alves, 33 — Vila Nova Itapevi — CEP 06694-270 — ITAPEVI — SP

diferente da diretoria. A Irmã Maria Aparecida Borges, insistiu na posição das outras comunidades e da Obra Kolping do Brasil, de que os mandatos dos conselhos fiscais sempre coincidiram com os mandatos das Diretorias. Em vista da situação, o sr. Presidente informou aos presentes que o artigo em questão pode ser mudado nesta mesma Assembléia, o que configura uma votação extraordinária deste item. Colocada em votação sob forma de aclamação, foi aprovada por unanimidade a mudança do artigo que passa para a seguinte redação: "Artigo XXII - Ao Conselho Fiscal, composto de três sócios efetivos eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de dois (2) anos, compete fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e emitir o parecer sobre o Balanço Financeiro e prestação de contas da Diretoria, referentes ao ano anterior e apresentar à Assembléia Geral". Aprovada a mudança o sr. Presidente convocou os presentes a apresentar as chapas para concorrerem à eleição e declarou suspensos os trabalhos. Para constar lavrei esta primeira parte. Itapevi, 18 de Setembro de 1993. Sérgio Montanheiro, Secretário da mesa \_\_\_\_\_ e Adilson Mathias da Silva, Presidente da mesa, \_\_\_\_\_.

Às 16:30hs o sr. Presidente reabriu os trabalhos e solicitou que lhe fossem apresentadas as chapas concorrentes. Foi apresentada uma chapa única que, por sugestão da Irmã Maria Aparecida Borges foi submetida a confirmação em escrutínio secreto. Após a votação, foram eleitos os seguintes membros: Dalva de Oliveira Mello, para Presidente; Sérgio Montanheiro, para Vice Presidente; Maria do Carmo Ribeiro, para 1ª Secretária; Roberto Tomini, para 2ª Secretário; Tibúrcia Vieira Simionato, para 1ª Tesoureira; Maria Isabel de Almeida Ramos, para 2ª Tesoureira; Pe. Damásio Nunes Carvalho, Assistente Eclesiástico e José Amaro de Oliveira, Vice-Assistente Eclesiástico. Em seguida o sr. Adilson Mathias da Silva, Presidente da mesa parabenizou os novos Diretores, desejando-lhes sucesso na sua gestão e colocando-se à disposição para toda e qualquer colaboração que lhe for solicitada. Agradeceu a ajuda dos demais membros da di

  
Maria Helena Cortim  
ADVOGADA - OAB-SP n.º 31277



Reg. do Serviço Jurídico  
d. 19 p.  
Município de Itapevi  
**024124**

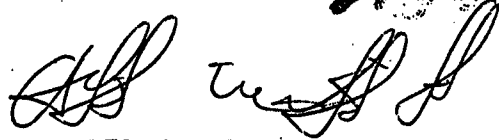
# COMUNIDADE **KOLPING** CRISTO REI DE ITAPEVI

C.G.C. 56.338.825/0001-75

Rua Brasília de Abreu Alves, 33 — Vila Nova Itapevi — CEP 06694-270 — ITAPEVI — SP

retoria que hoje encerra o seu mandato e explicou que a eleição do Vice-Assistente Eclesiástico, apesar de não constar do estatuto em vigor, obedece a uma nova Orientação da Obra Kolping do Brasil. Em tempo: foram eleitos para o Conselho Fiscal os sócios efetivos: Marlene Corrêa de Miranda, Maria de Lourdes Maia Pereira, Vera Lúcia de Oliveira Neri e membros Suplente do Conselho Fiscal: Vicente D'Orazio de Pietri, Elizabete Maria dos Santos Pereira, Aparecida Figueiredo Ferreira. Não havendo nada mais a tratar, o sr. Presidente da mesa deu posse à nova Diretoria e deu por encerrada a sessão. Para constar eu, Sérgio Montanheiro, secretário da mesa, lavrei a presente ata, que depois de lida foi aprovada, sendo assinada pela mesa diretora da Assembléia Geral, nas pessoas de seu secretário e presidente, tornando válida para todos os efeitos, com o registro de presença dos sócios, na Assembléia Geral.  
Itapevi, 18 de Setembro de 1993.

  
**SÉRGIO MONTANHEIRO**  
Secretário da mesa

  
**ADILSON MATHIAS DA SILVA**  
Presidente da mesa

Cartório do Registro Civil e Tabelião

Reconheço a firma de: *Sérgio Montanheiro, Adilson Mathias da Silva, Maria Helena Cotrim*

Em Test. *[Assinatura]* da Verdade

Lourdes Silveira Quilès - Escrivã

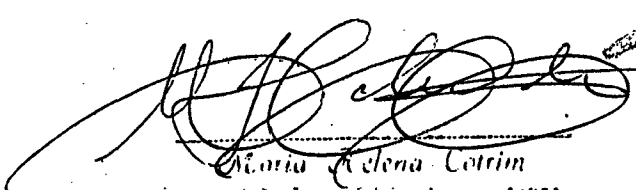
Bel. José Robles - Of. Maior

Sueli Ap. Caramelo Piani

Douglas Dominguez Moraes

Escriturais Autôgrafos

Taxa Recolhida por Voto

  
Maria Helena Cotrim  
ADVOGADA - OAB-SP nº 51277

## Registro de Pessoas Jurídicas

Comarca de Cotia — Estado de São Paulo

Av. Prof. Manoel José Pedroso, 353

Apresentado hoje, protocolado e registrado em

microfilme sob o número **024124**

anotado à margem do Registro n.º **13785**

Cotia, **22 OUT 1993**

- ☐ Antonio Bento Mota Dias — Oficial
- ☐ Alton Ferreira — Oficial Maior
- ☒ Antonio Carlos Alves — Escrevente Autoriz.

feitos e taxas recolhidos por verba

Cartório de Registro Pessoas  
Jurídicas da Com. de Cotia - SP

REGISTRO

TAXA R\$ 246,23.-

Inclusive custas ao estado e  
contribuições ao IPESP.

# ADOLFO KOLPING

Adolfo Kolping nasceu a 08 de Dezembro de 1813 na pequena localidade de Kerpen, perto de Colônia, na Alemanha. Era o quarto dos cinco filhos de um pastor de ovelhas, empregado de uma fazenda.

A família vivia na pobreza mas era unida, religiosa e feliz conforme testemunho do próprio Adolfo Kolping. Ele fez seus primeiros estudos na escola local.

Na sua juventude, até os 24 anos, Adolfo Kolping foi sapateiro. Exercendo essa profissão em diversos lugares viu com seus próprios olhos as transformações sociais que estavam acontecendo com o avanço das idéias liberais, com a desintegração do sistema artesanal do trabalho e com a industrialização crescente. Ficou impressionado com a miséria material e moral em que viviam os operários.

Enfrentando não poucas dificuldades de saúde e de dinheiro pôde continuar os estudos conforme desejo que alimentava desde a adolescência.

Concluindo a escola secundária, estudou Teologia em Munique e em Bonn, com a ajuda financeira de uma benfeitora.

Em 1845, com a idade de 32 anos foi ordenado sacerdote em Colônia, no mesmo dia em que morria seu pai, Pedro. (Sua mãe, Ana Maria, tinha falecido alguns anos antes).

Como padre, trabalhou inicialmente na cidade industrial de Elberfeld, onde participou da fundação de uma associação paroquial de trabalhadores.

Transferido para colônia, a maior cidade da região, fundou nela a 05 de maio de 1849, com um pequeno grupo de jovens, a Associação dos Artífices que viria a ser a semente da organização que hoje leva o nome de Obra Kolping.

Nos anos seguintes, Adolfo Kolping se dedicou de corpo e alma à sua associação. Viajando, estabelecendo contatos, dando palestras, escrevendo, orientando, organizando, conseguiu fundar 418 associações de trabalhadores similares às de Colônia, com um total de 24.000 associados, em vários países da Europa.

Adolfo Kolping, que nunca gozara de boa saúde, faleceu em Colônia no dia 04 de Dezembro de 1865 com apenas 52 anos de idade.

*Orgão da Antanho*  
VEREADOR

## **"OBRA KOLPING DO BRASIL"**

**"Os meios para superar a miséria são o incentivo ao trabalhador e à auto organização dos trabalhadores"**

A Obra Kolping é um movimento social, popular e católico a serviço do trabalhador e sua família, vivendo e atuando em comunidade. Tem como lema:  
**RELIGIÃO - TRABALHO - RECREAÇÃO - FAMÍLIA - SOCIEDADE.**

A finalidade da Obra Kolping é a promoção integral da pessoa humana, principalmente do trabalhador e a transformação da sociedade através da criação de estruturas mais justas e humanas.

A Obra Kolping recusando toda forma de paternalismo, garante um apoio eficaz de caráter subsidiário, acompanhado de estímulo de educação. Este é o seu princípio pedagógico:- **"ajuda para auto ajuda"**.

Toda a ação da Obra Kolping se baseia na vida comunitária de seus membros reunidos em pequenos grupos familiares e conscientes de que a sua fé cristã deve traduzir-se em prática para a construção de uma sociedade melhor.

Esta ação implica todos os esforços de assistência e promoção (pequenos passos), as iniciativas de organização popular em movimentos sócio-políticos (passos médios) e a renovação das estruturas vigentes (grandes passos).

Formação, ação e participação são os elementos que estão sempre presentes em todas as atividades da Obra. A Comunidade Kolping se faz uma Escola de Vida que ensina e pratica o exercício da democracia.

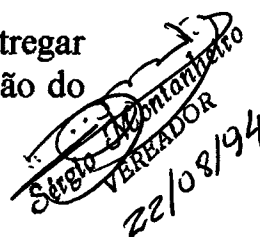
O objetivo da Obra Kolping é que cada membro da comunidade torne-se:

- **Um cristão autêntico**
- **Um trabalhador competente**
- **Um pai de família responsável**
- **Um cidadão consciente**

A Comunidade Kolping do Brasil é composta de 226 comunidades, atuando em 111 municípios de 20 estados, de 175 paróquias num total de 25.071 sócios.

Em Itapevi existem três Comunidades: Comunidade Kolping de Amador Bueno, do Cardoso e a Comunidade Kolping Cristo Rei; esta à Rua Brasília de Abreu Alves, nº 33 - Vila Nova Itapevi, com mais de 70 sócios. Promove trabalho com a comunidade através de cursos, tais como: eletricidade, trico, croché, pinturas em tecidos, corte e costura, alfabetização de adultos, culinária, etc. Estamos preparando para os cursos de datilografia, cabeleireiro e costura industrial.

A Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi, está imbuída de entregar até o final do ano o término de mais uma parte de sua sede e a conclusão do muro.

  
Sérgio Montanheiro  
VERBADOR  
22/08/94



# A Kolping promove o trabalhador

*"Os meios para superar a miséria são o incentivo ao trabalhador e à auto-organização dos trabalhadores"*

A Obra Kolping é uma organização social com 25 mil associados que, reunidos em pequenos núcleos de trabalhadores, chamados de Comunidades Kolping, atua junto à população em forma de um movimento popular cujo objetivo se sintetiza no lema: Religião, Trabalho, Recreação, Família e Sociedade. Nela a religião é comprometida com o social onde "a fé em Deus nos faz acreditar no homem" e, vinculada ao trabalho, se constitui na "maior riqueza de um povo".

## Projetos que promovem

A Obra, através de projetos sociais, cria condições concretas de ajuda ao trabalhador e à sua família, estimulando-o a tomar as iniciativas de que são capazes, sem se substituir a eles. Este princípio de subsidiariedade se aplica em cada caso como uma ajuda para "auto-ajuda". Assim, a Obra se propõe apoiar todos os profissionais, mas prioritariamente os que são capazes de se autopromover, com esse apoio. Com isso ela supera o paternalismo de quem só "dá o peixe" (bens de consumo), mas não "ensina a pescar" (ou não cria a capacidade de produção).

A direção geral da Obra, com sede em Colônia, na Alemanha, mantém um relevante serviço de apoio aos países do Terceiro Mundo, através do seu "Serviço Kolping de Cooperação" (SEK), que atua junto ao governo, à Igreja e às diversas ONG's da Alemanha, convencendo-os a se tornar parceiros em inúmeros projetos sociais em nosso país. E, internamente entre as suas Federações Nacionais, a Kolping incrementa a ajuda dos países ricos aos

programas de desenvolvimento da Obra nos países pobres. É a prática da fraternidade entre Kolping irmãos.

O ideal da Obra, no entanto, não se limita ao de uma organização social com inúmeros centros de serviços — ao estilo de tantas Agências de Desenvolvimento —, mas ela se propõe transformar em uma grande família que, em cada bairro ou cidade, se constitua em comunidades de vivência e prática de solidariedade cristã, dentro de uma espiritualidade realmente evangélica.



O padre Paulo Link na conferência da Kolping no Brasil

## Sua atuação no Brasil

A Direção da Obra, em seus três níveis, nacional, estadual e local, é exercida por pessoas voluntárias. Porém, a manutenção do seu amplo programa social conta com o serviço de inúmeros profissionais contratados: os técnicos ligados à administração central, com escritórios em São Paulo e Fortaleza; os trabalhadores e aprendizes de suas unidades de produção em dez Estados e os monitores de atividades socioculturais, atuantes em todas as casas Kolping.

Nessas 220 Casas, que são as sedes das Comunidades Kolping, a Obra desenvolve um amplo e variado elenco

de cursos de capacitação profissional.

Em 1923 foram mais de 17 mil os alunos que frequentaram quase 800 cursos de preparação para o trabalho em áreas como a de escritório, informática, mecânica e confecções. Alguns jovens, após os cursos, em vez de se empregarem no mercado de trabalho, preferem tornar-se autônomos associando-se aos Grupos (GAT's) da Obra ou se integram em microcooperativas.

Esses Grupos de Trabalhadores Autônomos eram 62 no ano passado, com 720 profissionais. Nesse trabalho a Obra segue as orientações e conta com o apoio de organizações experientes no setor, como o SEBRAE e a FUNDEF. As áreas do mercado mais exploradas por eles são a de marcenaria, de confecções, de alimentos, de higiene e beleza.

Promovendo a família do Trabalhador a Obra Kolping incrementa diferentes programas que garantem a ocupação produtiva do Menor, que criam oportunidades de trabalho para a mulher e que oferecem lazer e

recreação para os idosos e aposentados. Cada Comunidade Kolping, integrando-se à população do bairro, realiza inúmeros empreendimentos comunitários, segundo as necessidades e as possibilidades locais.

A Igreja realizou, a 27/10/91, a beatificação do pe. Kolping. Com isso ela reconheceu o seu notável exemplo de vida. A importância da Obra é confirmada pela ONU, integrando a Obra em seu

Conselho Conceptivo, desde maio de 1991. O último Congresso Internacional da Obra — de 5 em 5 anos — foi realizado no Brasil, em março de 1992 em Itaipu (São Paulo). A celebração do 20º aniversário de fundação da Obra Kolping do Brasil, em 20/11/93, foi festivamente comemorada em todas as Comunidades Kolping.

As pessoas e entidades que desejam conhecê-la e participar de seus programas, devem dirigir-se ou comunicar-se com o seu Escritório Central (rua Barão do Triunfo, 1.183- fone 543-9522) em São Paulo ou seu Escritório Regional em Fortaleza (rua Mirtty Meyer, 100-fone 296-1289).

## Efeito Lula: bilhões poderão sair.

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva nas pesquisas já inquieta o mercado financeiro. Esse fato, segundo os analistas, aliado à alta de juros nos E.U.A., poderá levar o Brasil a perder, no segundo semestre, bilhões de dólares em crédito externo e reservas cambiais, hoje no nível recorde de US\$35 bilhões.

A subida em pesquisas de candidatos socialistas costuma gerar perda de capitais, pelo temor de um calote na dívida cambial.

Há dois meses, depois da morte do candidato governista, Luis Donaldo Colosio, o México perdeu US\$ 9 bilhões com o temor da vitória de Cuauhtémoc Cardenas, que ocupa um distante segundo lugar nas pesquisas. Na década passada, os franceses saíram de seu país com ouro escondido quando François Mitterrand chegou pela primeira vez ao poder. Mitterrand teve de mudar sua política.

Em 1989, dúvidas quanto à política de Collor e Lula provocaram fuga de capital e o ágio do dólar foi a 200%.

**Jornal da Tarde**  
página 9 - 17/05/94

## Núcleo negro terá cursinho para pobres

O Núcleo de Consciência Negra, que funciona na Universidade de São Paulo (USP), vai colocar em funcionamento, a partir de agosto, um cursinho preparatório ao vestibular com duas características completamente diferentes dos que já existem, será gratuito e dará preferência a estudantes comprovada-

mente pobres e de cor negra.

A intenção dos organizadores do cursinho é tentar aumentar a presença de negros nas universidades públicas.

De acordo com os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), apenas 2% da população universitária é negra. "É uma desvantagem enorme, se considerarmos que 40% dos brasileiros são negros", explicou Fernando Conceição, coordenador executivo do núcleo. Ele lembrou uma pesquisa segundo a qual 70% dos estudantes universitários negros estão em escolas privadas.

**O Estado de S. Paulo**  
página A-12 - 11/05/94

## Místicos

Orestes Quércia, ao comentar previsões que dão Lula como vencedor das eleições, partiu para a ironia: "Nessa campanha, vão estar em luta os místicos do PMDB e os do PT. Veremos quem tem mais força."

**O Estado de S. Paulo**  
página -5 - 16/05/94

## Itamar corta subvenção a entidades

O presidente Itamar Franco cassou a declaração de utilidade pública de 176 entidades, sendo 30 instituições de São Paulo — e 21 entidades do Rio de Janeiro — entre elas o Museu de Arte Moderna (MAM). Essas entidades não prestam conta, há mais de dez anos, das subvenções governamentais que receberam. Com a cassação da declaração de utilidade pública, elas ficam proibidas de receber recursos de órgãos

públicos federais na forma de subvenções. Outras entidades paulistas que deixaram de ser utilidade pública são a Confederação Evangélica do Brasil, Maternidade de Guaratinguetá e Instituto Social de Campinas. Itamar também puniu entidades de Minas Gerais, Ceará, Piauí e Pernambuco.

**Diário Comércio & Indústria**  
página 9 - 09/05/94

## Quércia quer distância de empresários sanguessugas

O virtual candidato do PMDB à Presidência da República, Orestes Quércia começa a estabelecer as bases de sua campanha e já definiu que quer distância dos "empresários Sanguessugas e de banqueiros". "Quero o apoio dos bons empresários, não daqueles que sugam os cofres da Nação", afirmou. Ele coloca na lista dos sanguessugas, os industriais que exploram o mercado através de oligopólios. Quércia garante estar preparado para eventuais críticas que sofrer durante o horário eleitoral. "Eu tenho informações e, se preciso, vou usá-las. Chumbo trocado não dói."

**Diário Popular**  
página 5 - 17/05/94

## Mamata

O presidente Itamar Franco quer limitar os repasses das estatais para fundos de pensão. O objetivo do governo é só permitir repasses, no máximo, de 7% do valor da folha. A Petrobrás, por exemplo, teria redução imediata de 15% nos custos com pessoal. A Estatal repassa ao fundo de pen-

são dos empregados um total equivalente a 22% do valor da folha de pagamentos.

**Correio Braziliense**  
página 2 - 09/05/94

## Tempo de Sobra

Enéas, candidato do Prona a presidente, vai ter pelo menos dois minutos por dia de TV. A deputada Regina Sordilho (Prona-RJ) diz que pesquisa Ibope encomenda em julho passado situa Enéas com uma média de 4%: "Vai explodir", prevê.

**Folha da Tarde**  
página A-2 - 17/05/94

## Senador teme fim da inflação

"Sem inflação os bancos estaduais vão quebrar. O momento é muito difícil. A afirmação é do candidato à presidência pelo PPR, o senador Espiridião Amin. Em 1987, o então governador de Santa Catarina viu o Banco Central intervir em cinco bancos estaduais.

**Folha da Tarde**  
página A-4 - 17/05/94

## Empresários criticam FHC

Empresários estão decepcionados com a atitude do ex-ministro da Fazenda, principal responsável pela instituição do plano econômico. FHC, segundo esses empresários, deixou o cargo para se candidatar e, ao mesmo tempo, assumir a liderança no Congresso para viabilizar a revisão constitucional. Com sua atuação, o senador, deixa de ter o perfil do candidato ideal para a classe empresarial.

**Jornal da Tarde**  
página 9 - 17/05/94



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

URGENTE

TRANSMISSÃO DE FAX

Fax nº 406 139

A COBRAR

Data

19/08/94

Destinatário

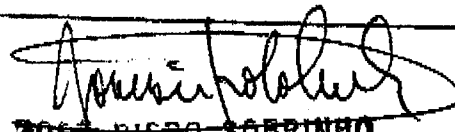
Câmara Municipal de Itapevi  
A/c Vereador Sergio Montanheira

Assunto

Declaração de utilidade pública  
(Parecer FPFL nº 14930/91)

  
Gerente

MARIA A MOREIRA  
Gerência de Bens e Serviços  
Gerente - Advogada

  
JOSE BISPO SOBRINHO  
Superintendente de Assistência Técnica  
Chefe de Gabinete/Superintendente/Coordenador(a)

  
CLODOMIRO CORRÊA DE TOLEDO  
Chefe de Gabinete

Rádios, Cartazes e Comícios. Não se impressione com slogans atraentes e críticas irônicas de uns contra os outros.

Cada eleição é um dia decisivo em nossa História, se for seguido de um amplo esforço conjunto de toda a sociedade (trabalhadores, empresários, governantes, políticos, entidades sociais e Movimentos Populares) para se concretizar uma profunda transformação - "esquemas", partidos, pessoas - na política. Faça este esforço, você e sua CK! O 1º esforço é não admitir mudanças só de nomes... ficando tudo como está. Há inúmeras medidas políticas a serem aprovadas e implantadas independentemente de quem vencer as eleições: 1) melhor representatividade dos Estados; 2) voto distrital; 3) fidelidade partidária; 4) pequenos partidos (só oportunistas); 5) financiamento de campanhas; 6) impunidade parlamentar; e outras. "Das eleições dependem o bem estar e o desenvolvimento do país", dizia o Padre Kolping.



A CK J. Catanduva abre mais um torneio esportivo

*que merecem o meu e o seu voto. Eis a oportunidade da gente identificar os líderes de nossa cidade.*

Entre os **candidatos**, os que disputam sua **re-eleição** devem ser cuidadosamente avaliados. Afinal, tiveram 4 anos para fazer algo pela cidade. O povo deveria ser bem informado sobre a atuação deles: frequência às sessões da Câmara, projetos apresentados e trabalhos realizados. Se lhes fossem atribuídas notas, talvez a maioria tirasse menos do que 5. Os jovens eleitores que votam pela 1ª ou 2ª vez têm que acreditar no valor da eleição popular como **base da democracia**. Alguns políticos podem nos desapontar, mas a política é o caminho certo para colocarmos no lugar certo a pessoa certa. Em política não sejamos analfabetos. Há 130 anos já dizia o **Pe. Kolping**: "Das eleições dependem o bem estar e o desenvolvimento do país". E João Paulo II afirmou: "Kolping preparava e encorajava os seus seguidores a assumirem responsabilidades políticas" (Roma, 27/10/91).

Por certo você vai acompanhar a mobilização dos partidos e candidatos de seu município no cumprimento da **lei eleitoral** que regulamenta a eleição: a exigência do domicílio eleitoral; a possível transferência de título; a não contratação de funcionários públicos; a filiação partidária, as convenções partidárias; o registro de candidatos; e a propaganda eleitoral gratuita. Cada eleitor deveria conhecer ainda os procedimentos e mecanismos de toda eleição: cédula, mesários, apuração, coligações, posse, etc. A **propaganda partidária** ocupa 22 (dos 56) artigos da lei (8.215) detalhando o uso do rádio, televisão e jornais e as consequências do seu abuso.

### 3 - Eleições Municipais

Nas eleições municipais a campanha eleitoral toma conta dos quase 5 mil municípios do país. Nas capitais e no interior, nas grandes e pequenas cidades, muitos nomes disputam a **preferência do eleitorado**. Cada partido apresenta os seus candidatos: 1 para prefeito (com o seu vice) e dezenas (o dobro do número de vagas na Câmara Municipal) de outros para vereadores. Aparece candidato de todo tipo: sério e trabalhador, interesseiro e oportunista. Nós temos que conhecer bem essas pessoas para escolhermos os

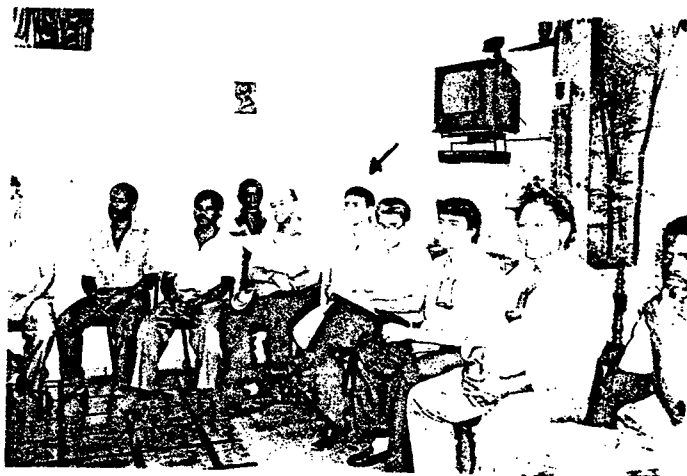
### 4- Fazendo Política

*Eleição municipal é coisa séria! O que se decide é o progresso do município, com milhares de cidadãos! Há muita coisa para se fazer em seu município: saúde, escola, cultura, ecologia, etc.. com recursos próprios e os repassados pelos governos federal e estadual.*

As autoridades, os políticos e os candidatos é que devem comprovar a real possibilidade do município de **criar novas situações** como: trabalho, transporte, atendimento à saúde, creche, pré-

escola, quadras esportivas, clubes populares e centros comunitários. Tudo isso é mais urgente que fazer praças, jardins e novos loteamentos. Os políticos têm que se articular com - e não manipular! - as entidades sociais e movimentos populares. E aí é que as Comunidades Kolping **devem se sobressair** pela sua organização interna e atuação comunitária!

No tempo de eleições quem não se organiza é "organizado" pelos outros; quem não se define vira massa de manobra. A gente pode pegar - ou desenvolver mais o - gosto, jeito e eficiência em política, participando dessa eleição. Política se aprende fazendo. Por isso é que a OBRA KOLPING sempre recomendou aos sócios das CKs.: 1) filiar-se a um partido político; 2) ter senso crítico para julgar os candidatos; e 3) freqüentar as sessões da Câmara. E hoje é reconfortante ver, em vários Estados, **dezenas de sócios Kolping** saírem como **candidatos**, de diferentes partidos. **Eles merecem o apoio dos membros de sua CK.** As Diretrizes Sócio-políticas da OKI - aprovados em Itaici-SP, a 14/03/92 - insistem: "As CKs. devem estimular os seus sócios a par-



*Encontro político nas CKs de São Paulo (22-02-92)  
Sergio Montanheiro candidato a vereador  
na palestra da Comunidade Kolping*

ticiparem de sindicatos e de partidos políticos, levando até eles o Ensino Social da Igreja". A Igreja em suas Diretrizes 91-94 "aponta a organização do povo como o caminho para uma sociedade justa, solidária e democrática" (nº 165). E João Paulo II adverte: "A opinião de que na política há muita corrupção **não justifica a ausência** dos cristãos nesse campo" (Doc. Leigos, nº 42 - de 30/12/88).

## A Kolping é Católica

*Toda pessoa vem ao mundo com a vocação de se realizar em duas dimensões: a humana e a sobrenatural. O mesmo ocorre com as entidades, associações, associações e Movimentos sociais. Quase sempre os seus fundadores, já no primeiro Estatuto de sua Organização, definiram a sua vocação, atribuindo-lhe valores religiosos e objetivos sociais.*

### 1 - Primeiras Comunidades

*Também Adolfo Kolping, ao criar a sua grande Obra, definiu-a como "Uma Sociedade de Artesãos cujos membros vivem cristãmente sua fé e se apoiam em sua condição de trabalho". Diante dos graves problemas sociais, na Alemanha de 1850, o Pe. Kolping se propôs a apoiar os jovens trabalhadores capacitando-os para uma profissão, organizando-os em uma*



*A CK S. Gabriel d'Oeste em sua fundação (22/09/91)*

*Associação e atendendo às suas necessidades religiosas, profissionais e sociais. Ele próprio foi sapateiro desde os 13 anos e só parou, quando,*



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

**Parecer FPFL no. 14930**  
**PROCESSO FPFL no. 641/91**  
**Interessada: Câmara Municipal de Eldorado**  
**Vereador Walmir Pontes da Silva**

**DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:**  
**Associação dos Bananicultores de**  
**Eldorado. Considerações sobre o**  
**tema. Minuta de anteprojeto de lei**  
**genérica.\***

#### CONSULTA

O ilustre Vereador Sr. Walmir Pontes da Silva, da Câmara Municipal de Eldorado, consulta-nos acerca dos procedimentos a serem tomados para que a Associação dos Bananicultores de Eldorado possa ser declarada de utilidade pública municipal. Para tanto, junta documentos da referida entidade.

#### PARECER

O assunto trazido à análise pelo consultante mereceu do Dr. Diogenes Gasparini, Superintendente de Assistência Técnica desta Fundação, um bem elaborado trabalho que, a nosso ver, esgota o tema (In: BOLETIM DO INTERIOR, no. 100). Por essa razão, utilizaremos algumas passagens do trabalho naquilo que consideramos essencial ao pleno esclarecimento da dúvida apresentada.

#### 1. Utilidade Pública

As pessoas jurídicas de Direito privado exercem, normalmente, atividades em benefício próprio ou de seus sócios. Visam, portanto, ao lucro.

(\*) Parecer elaborado em 13/5/91.



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.2.

Entretanto, outras pessoas jurídicas e privadas não desempenham suas atividades em benefício próprio, mas em favor de certa comunidade ou dela como um todo. Essas entidades desempenham funções ao lado do Estado, fazendo-o de forma voluntária e por motivação de auxílio coletivo. São as entidades conhecidas por "associação de utilidade pública".

Para serem assim consideradas é preciso que o Estado (sentido amplo) reconheça essa condição. Para esse conhecimento é preciso que o Estado se manifeste expressamente, uma vez que "... a utilidade pública não decorre do mero desempenho de atividades de interesse social ou da simples organização legal da instituição" (ob., cit., p. 6).

Dessa forma, o reconhecimento de uma determinada entidade como utilidade pública é manifestado expressamente pelo Estado. Vejamos como isto ocorre.

## II. Legislação

Diremos de pronto que "dispor sobre o reconhecimento ou a declaração de utilidade pública das instituições que emprestam, desinteressadamente, sua colaboração ao Poder Público é competência concorrente, isto é, da alçada de cada uma das entidades componentes da Federação". Assim é que cada um dos entes federados (União, Estados e Municípios) possui a mais ampla capacidade para executar tal ato (a declaração).

Não obstante, na Constituição Federal, nenhuma condição, requisito ou limite para o exercício dessa competência. O Município pode regular a matéria segundo seus próprios interesses. Diga-se, entretanto, que, ao fazê-lo, o Município deve atentar apenas para aquilo que, genericamente, todas as leis devem observar: princípios básicos expressos na Constituição Federal.

Conclui-se, portanto, que o Município poderá legislar sobre a declaração de utilidade pública de forma livre e segundo seu próprio interesse. Não se submete a nenhuma legislação (federal ou estadual) a não ser a sua própria.



FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.3.

### III. A Lei Municipal

Vimos que o Município não está sujeito a qualquer legislação federal ou estadual sobre a matéria aqui tratada. Cada um dos entes federados edita sua própria lei sobre a questão.

O projeto de lei municipal que disporá sobre a declaração de utilidade pública de associações é de competência concorrente, isto é, a iniciativa cabe ao Chefe do Executivo ou a qualquer Vereador. O "quorum" de aprovação é o da maioria simples conforme se depreende dos arts. 37 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Eldorado.

### IV. Do Conteúdo da Lei Municipal

A lei municipal que disporá sobre a matéria deverá conter determinados dispositivos que, normalmente, surgem na regulamentação do assunto. A seguir, algumas indicações:

- a) a associação deve ser constituída no Território Nacional;
- b) deve possuir personalidade jurídica (podendo estabelecer o mínimo de três anos);
- c) deve servir à coletividade de forma desinteressada há um certo tempo e de acordo com as cláusulas estatutárias;
- d) a diretoria não deve remuneração;
- e) não há distribuição de lucro ou vantagens.

Esses requisitos devem ser comprovados na oportunidade do pedido ou do início do processo administrativo que tratará da questão. O requisito da letra 'c', no entanto, poderá ser objeto de parecer conclusivo da

*MT*





FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

Administração Pública elaborado por profissional<sup>4.</sup> especializado (assistente social, sociólogo, pedagogo e outros). Os requisitos constantes das letras 'd' e 'e' podem ser objeto de declaração, sob as penas da lei, dos dirigentes da entidade.

A lei deverá também dispor sobre a forma de ser iniciado o processo administrativo que culminará ou não com a efetiva declaração. O processo poderá ser iniciado a pedido da pessoa interessada (entidade) ou 'de ofício' pela Administração.


Deverá, ainda, dispor se o ato de declaração será veiculado por decreto, de competência do Prefeito, ou se por um dos agentes do Executivo, através de ato declaratório formalizado no processo administrativo que cuidou do assunto.

Da lei também poderá constar a forma de controle que deverá ser realizado pelo Município, a fim de ser comprovado o atendimento àquelas condições e requisitos impostos à época da declaração. Neste caso, a lei deverá prever a hipótese de cassação da declaração por descumprimento de obrigação. A cassação somente será possível através de novo processo administrativo onde restará comprovada a falha de atendimento de obrigação a cargo da entidade outrora beneficiada.

Estes seriam, em rápidas pinceladas, os contornos de uma lei municipal genérica sobre a declaração de utilidade pública.

#### V. A Inexistência de Lei Genérica

A declaração de que tratamos pode ser realizada sem que lei genérica regule o procedimento. Neste caso, a lei fará diretamente a declaração sem necessidade, dada a falha de lei genérica sobre a matéria, de qualquer procedimento administrativo anterior. Evidentemente o projeto de lei que irá a votação na Câmara deverá apresentar, na justificativa, a situação da entidade pleiteante (personalidade jurídica, tipo de atividade desenvolvida e demonstrativo de atendimento de importância à coletividade).





FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.5.

## VI. Dos Efeitos da Declaração


Alguns dos efeitos práticos da declaração de utilidade pública decorrem de leis federais e/ou estaduais que concedem benefícios às entidades declaradas de utilidade pública municipal, estadual ou federal. É o caso da Lei federal no. 3.577/59 que isenta a associação declarada de utilidade pública da contribuição previdenciária no que respeita à parte patronal.

Outros efeitos decorrem diretamente da lei municipal e/ou estadual ou mesmo federal que visam a beneficiar as entidades declaradas de utilidade pública no âmbito de cada ente federado. Assim, por exemplo, a lei municipal pode conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano às entidades declaradas de utilidade pública pelo Município.

Com isso queremos dizer que a concessão de benefícios decorrentes da declaração de utilidade pública depende de lei de cada uma das entidades públicas, as quais atuam, nesse campo, com ampla liberdade para dispor.

Isto posto, respondemos objetivamente à indagação do consultante. Na hipótese de estar o ilustre Vereador com intenção de, preliminarmente, legislar de forma genérica sobre a declaração de utilidade pública municipal, poderá elaborar um projeto de lei cujos aspectos mais importantes foram mencionados ao longo deste parecer. Se, no entanto, preferir a declaração específica para a Associação dos Bananicultores de Eldorado, será, da mesma forma, objeto de projeto de lei que ultimar a declaração com os benefícios que entender pertinentes.

Em qualquer das hipóteses, não há necessidade, como vimos, de fazer menção de lei federal ou estadual, por ser a matéria de competência de cada ente federado.





FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM  
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

.6.

A seguir, tomamos a liberdade de enviar minuta de anteprojeto de lei genérica sobre o assunto que poderá servir de sugestão para a propositura.

é o que pensamos.

São Paulo, 13 de Junho de 1991.

*Mariana Moreira*

MARIANA MOREIRA  
Gerência de Bens e Serviços  
Técnico Master II - Advogada

*Masley Gasparini Leite*  
MASLEY GASPARINI LEITE  
Gerência de Bens e Serviços  
Gerente - Advogada

De acordo, encaminhe-se.

*Diogenes Gasparini*  
DIOGENES GASPARINI  
Superintendente de Assistência Técnica

/ecs.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 031/94

(Projeto de Lei nº 029/94 - DO LEGISLATIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

"Declara de utilidade pública a comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi

Art.1º - Fica declarada de utilidade Pública a Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi,/"

31 de agosto de 1.994.-

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

  
Presidente

  
NORMA LÚCIA RIBEIRO DE SOUZA

1ª Secretária

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.216, DE 23 DE SETEMBRO DE 1994  
(Declara de utilidade pública a  
Comunidade Kolping Cristo Rei de  
Itapevi)

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do  
Município de Itapevi, Estado de São  
Paulo, no uso das atribuições que lhe  
são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de  
Itapevi aprovou e ele sanciona e  
promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade  
pública a Comunidade Kolping Cristo Rei de Itapevi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data  
de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em  
contrário.

Itapevi, 23 de setembro de 1994

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito

SÉRGIO BOISAN  
Secretário de Negócios Jurídicos

RECEBEMOS

SECRETARIA

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em  
livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 23  
de setembro de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE  
Chefe de Gabinete